

Resenhas

Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)

autor	Marta Maria Chagas de Carvalho
cidade	Bragança Paulista
editora	EDUSF
ano	1998

Desmistificando a ABE

Desmistificar o pensamento educacional das décadas de 20 a 30, revisitar as propostas da Associação Brasileira de Educação e produzir um olhar alternativo ao romantismo que domina a historiografia sobre a época. Estes são alguns dos desafios a que se lança Marta Maria Chagas de Carvalho em sua obra *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. A partir de pesquisas nos arquivos da ABE e em publicações da época, a autora consegue recontar a história de uma instituição que tinha altas ambições mas que, estranhamente, ficou marcada na história como um fórum de reunião de intelectuais politicamente desinteressados e preocupados unicamente com a situação da educação nacional.

A ABE, como Marta Maria revela, não nasceu de uma crença genuína no poder transformador da educação, mas sim de uma tentativa fracassada de formar um partido político. A partir daí, seus integrantes esforçaram-se em ocultar as condições da fundação da instituição e conferir a ela uma fachada de idealismo, retidão moral e desinteresse político. No entanto, a natureza apolítica da ABE pretendia apresentar a adesão à causa educacional como inquestionável e dependente apenas do bom senso, pois a questão educacional era a solução para os problemas brasileiros e, por isso, não deveria estar submetida a divergências políticas. Na verdade, a ABE era uma instância que procurava arregimentar poder político ao se auto-intitular

defensora desinteressada do progresso nacional através da educação. Reforça essa impressão o fato de que todas as crises pelas quais a Associação passou estavam intimamente relacionadas às crises do Partido Democrático do Distrito Federal.

A imagem romântica que envolvia a instituição serviu também para a disseminação de ideais e práticas educacionais que almejavam o controle social. As propostas da ABE retratam o povo brasileiro como doente, estúpido, sujo e degenerado, e assim se justifica o estabelecimento de modelos excludentes e práticas autoritárias. Neste contexto, a educação deixa de ser um direito popular para ser um dever, já que traz a esse povo inculto e incivilizado a sua salvação enquanto nação. Afirma-se, então, que é preciso educar para moralizar os costumes, organizar a população dentro do território, homogeneizar escolas e salas de aula, sanear e unificar as massas – e assim conseguir o que realmente se pretendia: atualizar o Brasil em relação aos valores requeridos pela organização racional do trabalho que surgia no pós-guerra. Dessa forma, podemos dizer que o entusiasmo e o otimismo pela educação, amplamente relatados pela historiografia das décadas de 1920 a 1930, não foram fruto da apropriação ingênua e deslumbrada de valores, teorias, conceitos e modelos vindos do exterior, mas sim da consciência de que tais métodos se alinhavam com a sociedade industrial e mesmo existiam por causa dela. Um indício disso é a preocupação em separar a educação das elites da do povo. Às elites estavam reservadas a educação secundária e a universidade, graus que capacitariam os filhos da classe dominante à condução do país rumo ao progresso. O povo, por sua vez, estava fadado a receber uma educação primária baseada no ensino de valores considerados importantes para o adestramento do operariado, tais como a saúde, a moral e o trabalho.

As falas acerca da educação que dominavam a ABE e divulgavam suas idéias são tomadas pela autora como expressão do real. Utilizando-se de teorias da análise do discurso, Marta Carvalho revela que a retórica produzida pela instituição a respeito do que se denominava “problema educacional brasileiro” funcionava como um *slogan* de autenticidade garantida em virtude da reputação da entidade enquanto *locus* reservado a intelectuais e técnicos em educação, através do qual se produzia a validação da causa da educação. Suas principais características eram a

não-explicitação de pressupostos discursivos; encenação metafórica de utopias como positividade desejável e de perigos que ameaçam o presente como negatividade execrável; vazio mitológico da referência do discusso e generalidade decorrente; signos emotivos de apelo do ouvinte; redundância e ênfase na apropriação assistemática de vários códigos [...] [Carvalho, 1998, p. 140].

Esta era a estratégia utilizada pelas elites da ABE não só para estabelecer a educação como indiscutível solução dos *problemata* nacionais, mas também para definir os comportamentos e as ações socialmente aceitáveis, impondo-os a todas as classes, ainda que de maneiras diferentes. O amor à pátria, aliado às idéias de ordem social e progresso industrial, é exaustivamente estimulado através das inúmeras comemorações cívicas – sempre de velado fundo religioso – que a Associação promovia. Entidades de tom caritativo como a Ação Social Brasileira e eventos como as Semanas de Educação dedicavam-se à disciplinarização de todos os aspectos do cotidiano e à sacralização de conceitos abstratos e úteis às classes dirigentes, tais como o lar, a escola, o mestre, o dever, a saúde, o trabalho, a família e a fraternidade.

Este verdadeiro resgate de aspectos negligenciados pela historiografia tradicional a respeito da ABE está estruturado em cinco capítulos. O primeiro, intitulado “A educação na encruzilhada, que encruzilhada?”, dedica-se a problematizar noções que são comumente associadas à época, tais como a oposição entre tradicionalistas e renovadores nos anos de 1920 – efetivamente inexistente porque a proposta de modernização do país através da direção das elites não havia sido contestada – e a ingenuidade apolítica do otimismo pedagógico. Além disso, a autora coloca em questão a autenticidade dos ideais liberais com os quais a ABE pretendia identificar-se. Ao afirmar que era dever (e não direito) do povo educar seus filhos, a Associação deixa claro que o liberalismo brasileiro, por seguir exemplos exteriores, já estabelecia de antemão a educação como condição para o desenvolvimento nacional, tratando-a, assim, como dever e transformando uma escolha em uma exigência. Ora, se a educação é elemento de realização do potencial do país e dever do povo, este estava obedecendo aos desígnios traçados pela elite. Isso revela um autoritarismo que não foi registrado pela historiografia da instituição até o momento.

No segundo capítulo, “O partido do ensino”, a autora esclarece como nasceu a ABE e desmantela o mito a que me referi anteriormente ao revelar que a Associação foi resultado da fundação malsucedida de um partido político (o qual iria chamar-se Acção Nacional). É claro que esse passado foi omitido pelos fundadores da ABE, pois estes passaram a pregar a modificação do país através da educação, e deporia contra a imagem da instituição o fato de que nem mesmo eles pensavam assim no início e que a instituição só surgiu depois do fracasso da Acção Nacional. Além dessa cômoda omissão, nesse capítulo ficamos sabendo de algumas estratégias e esforços para construir uma certa reputação para a ABE, como o uso feito da morte de Heitor Lyra para colar a imagem da Associação à do morto e assim reafirmar a natureza idealista e politicamente desinteressada da instituição.

No capítulo seguinte, “O entusiasmo pela educação na cidade invadida pela fábrica”, a autora discorre a respeito da intensificação gradativa do caráter de controle social da educação de acordo com os intelectuais da ABE, sobre as representações do povo brasileiro que povoam a instituição e justificam o autoritarismo encontrado em seu discurso – outro item analisado no capítulo. Fica claro que a educação tem, para todos na ABE, as funções de organizar, sanear, moralizar e controlar, e tanto a forte atuação da instituição no fomento ao civismo quanto os vínculos dos princípios educacionais da época com o fordismo e o taylorismo só confirmam essas tendências.

O quarto capítulo, “A educação do povo e a educação das elites”, dedica-se a mostrar as enormes diferenças com que eram tratadas a educação popular e a educação das elites. Enquanto todos concordavam que a primeira devia consistir em noções sobre o já mencionado trinômio “saúde, moral e trabalho”, a segunda era motivo de acirradas discussões e um sem-número de propostas sobre os princípios que a norteariam. A autora descreve os inquéritos para definir os rumos do ensino secundário e do ensino superior, provas da preocupação que existia quando o assunto era a educação dos futuros líderes das massas operárias e demonstração da cisão entre concepção e execução que caracterizava as políticas educacionais gestadas pela ABE. Também nesse capítulo se tornam visíveis elementos da dinâmica interna da Associação, tais como os grupos que

disputavam o poder e suas propostas e também as três principais questões em discussão à época, a saber: o papel do Estado na educação, a polêmica entre educação laica e educação religiosa e o debate entre regionalização do ensino brasileiro *versus* uniformização.

No último capítulo, “As Conferências Nacionais de Educação”, uma extensiva pesquisa documental reconstitui as cinco Conferências Nacionais de Educação promovidas pela instituição. Através de relatos, pareceres, inquéritos e discursos, a autora analisa pormenorizadamente a obscura rede de embates, alianças e acordos em torno das propostas que circularam em cada um dos eventos. Novamente, fica clara a existência de grupos que disputavam o poder político e usavam o tão alardeado “problema educacional brasileiro” como meio de conseguir posições. Mais do que isso, Marta Carvalho capta traços inéditos na história da instituição, como a flagrante falta de nitidez que os próprios sujeitos atuantes da ABE tinham em relação à controvérsia em torno do ensino religioso.

Em suma, esta obra tem como maior mérito a coragem de reconstruir uma história já contada, e fazê-lo de forma que retrate as contradições, ler nas entrelinhas, interpretar o que não foi dito e assim resgatar as limitações mundanas de uma instituição tão idealizada na memória de historiografia educacional brasileira.

Patrícia Cristina Fincatti Moreira
Bolsista de Iniciação Científica do CNPq.
Vinculada ao projeto História das Idéias
Pedagógicas no Brasil, sob a coordenação
de Dermeval Saviani.